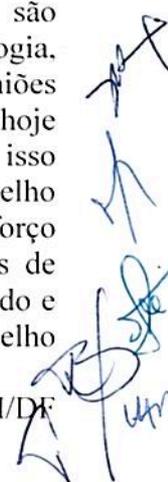


1 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
2 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL  
3 ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
4

5 Aos dez dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às dez horas, no Salão Nobre do  
6 Palácio do Buriti, Brasília, DF, Brasil ocorreu a 22ª reunião ordinária do Conselho de  
7 Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a seguinte pauta: Ordem do dia: 1 -  
8 Atualização das ações de enfrentamento da crise hídrica e informações sobre o  
9 monitoramento dos níveis dos reservatórios. 2 - Aprovação de Atas: a) Aprovação e  
10 assinatura da Ata da 21ª Reunião Ordinária; b) Aprovação e assinatura das Atas da 24ª e da  
11 25ª Reunião Extraordinária. 3 - Apresentação da ADASA sobre a composição e objetivos da  
12 Câmara Técnica do Sistema de Informação dos Recursos Hídricos do Distrito Federal. 4 -  
13 Informes. 5 - Outros. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma  
14 foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes: excelentíssimo senhor Governador  
15 do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do  
16 Distrito Federal, presidente do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito federal – CRH/DF,  
17 senhor **ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião,** e os seguintes  
18 Conselheiros (as): MARIA SILVIA ROSSI (SEMA), SÉRGIO AUGUSTO DE  
19 MENDONÇA RIBEIRO (SEMA), DIEGO BERGAMASCHI (SINESP), JANE MARIA  
20 VILAS BÓAS (IBRAM), VANDETE INÊS MALDANER (IBRAM); LUCIA HELENA  
21 FERREIRA MOURA (SEGETH); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); MAURÍCIO  
22 LUDUVICE (CAESB), MARIA DO CARMO MAGAHÃES CÉZAR (CAESB), JOSÉ  
23 HENRIQUE DE OLIVEIRA VILELA (CEB), MANOEL ALESSANDRO M. DE ARAÚJO  
24 (IBAMA), JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA (EMBRAPA); GENÉSIO  
25 ANTÔNIO MULLER (SRDF), ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO  
26 (FIBRA/DF), ANA PAULA DIAS MACHADO DE C. PESSOA (FIBRA/DF),  
27 TEREZINHA LIMA (ÚNICA/DF), ROGER BENAC (FECOMERCIO), GUTEMBERG  
28 UCHÔA DE ARAÚJO JÚNIOR (FECOMERCIO), DELSON DA COSTA MATOS  
29 (CBH/MA), WILLIAN MARCELINO COELHO (CBH/MA), GENÉSIO ANTÔNIO  
30 MULLER (CBH/MA), CONCEIÇÃO DE MARIA ALBUQUERQUE ALVES (ABRH),  
31 LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU (ABES), MARCOS HELANO FERNANDES  
32 MONTENEGRO (ABES), SERGIO KOID (UnB), MARCELO GONÇALVES RESENDE  
33 (UCB) e REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (Fórum de ONGs). Os demais  
34 Conselheiros (as) não justificaram ausência. Participaram como convidados: Carlos Juliano  
35 Ribeiro Nardes (OAB/DF), Júlio Gregório Filho (SES), Lauana de Queiroz Silva (SEAGRI),  
36 Luciana Vipardo de Freitas Figueras (OAB/DF). **O presidente** agradeceu a presença de todos  
37 e justificou o adiamento da reunião do dia 08/03 para o dia 10/03 para que fosse realizada no  
38 Palácio do Buriti, com a presença do excelentíssimo senhor governador Rodrigo Goldemberg  
39 e do Secretário de Estado da Casa Civil Sérgio Sampaio. Ressaltou que na reunião anterior  
40 acontecida na OAB foram feitas apresentações de órgãos do governo sobre a situação da crise  
41 hídrica e providências adotadas. Durante o mês de fevereiro o governo se organizou, sob a  
42 coordenação do Escritório de Projetos, que é uma unidade vinculada à Casa Civil e sob a  
43 coordenação da Senhora Raquel que conduz os projetos prioritários do gabinete do  
44 governador. O Escritório de Projeto conduziu e coordenou a sistematização do Plano de Ação  
45 para Enfrentamento da Crise Hídrica, que foi recomendado pelo CRH/DF e por outros  
46 dirigentes do governo. Finalizado o Plano é importante que ele seja apresentado ao Conselho.  
47 A seguir deu por aberta a 22ª reunião ordinária do CRH-DF, procedendo com o item 2 da  
48 pauta. Não houve nenhum comentário ou ajuste nas Atas, as quais foram aprovadas por  
49 unanimidade e assinadas nesta reunião. Prosseguiu com o item 3 da pauta. O Coordenador de  
50 Informações Hidrológicas da Superintendência de Recursos Hídricos da ADASA, Sr. Welber  
51 Ferreira Alves, proferiu a apresentação: Análise dos Recursos Hídricos do DF, com os

A

52 seguintes tópicos: Distribuição de Chuvas de Setembro-Fevereiro (2016-2017); pluviosidade;  
53 Chuvas na Barragem do Descoberto por ano hidrológico; Histórico do Volume Útil do  
54 Reservatório do Descoberto em 30/12 (1987-2016); Percentual de volume útil mensal  
55 observado no Reservatório do Descoberto ao longo do período entre 2006 e 2016; Histórico  
56 de Contribuições em Hectômetros/mês de todos os afluentes e áreas não monitoradas;  
57 Captação média para agricultura (Chapadinha Aviário); Vazão média anual do Reservatório  
58 do Descoberto; Cenários para Volume Útil do Reservatório do Descoberto – Vazões de 2016.  
59 Reservatório de Santa Maria: Histórico do Volume Útil do Reservatório de Santa Maria  
60 (2006-2016); Histórico do volume percentual do Reservatório de Santa Maria em Setembro  
61 (final do período seco) e Março (final do período chuvoso); Histórico de Chuvas por ano  
62 Hidrológico; Vazões dos totais de entrada no Reservatório; Variação mensal de Captação do  
63 Sistema Torto-Santa Maria 2016; Comparativo de Vazão Média Anual dos Reservatórios  
64 Descoberto, Santa Maria e Torto; Cenários para o Volume Útil do Reservatório de Santa  
65 Maria: Crescimento populacional por Sistema de Abastecimento (2000/2015). Apresentou as  
66 seguintes Resoluções da ADASA: Nº 15, de 16/09/2016 – Declara Situação Crítica de  
67 Escassez Hídrica nos Reservatórios do Descoberto e de Santa Maria. Nº 16, de 21/09/2016 -  
68 Declara estado de restrição de uso dos recursos hídricos e o regime de restrição do  
69 abastecimento de água para Regiões Administrativas do DF. Nº 17, de 07/10/2016 -  
70 Estabelece a Tarifa de Contingência para os serviços públicos de abastecimento de água do  
71 Distrito Federal, prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal –  
72 CAESB, em virtude de situação crítica de escassez hídrica e dá outras providências. Nº 18, de  
73 27/10/2016 - Restrição de horário para captação de água por meio de caminhões-pipa. Nº 19,  
74 de 27/10/2016 - Reduz a vazão outorgada aos usuários de água subterrânea e recomenda  
75 medidas de uso racional da água aos estabelecimentos de lava-jato e postos de combustíveis  
76 do Distrito Federal. Nº 20, de 07/11/2016 - Declara o estado de restrição de uso dos recursos  
77 hídricos, estabelece o regime de racionamento do serviço de abastecimento de água nas  
78 localidades atendidas pelos reservatórios do Descoberto e Santa Maria. Resolução Conjunta  
79 ADASA/SECIMA-GO/ANA n. 01, de 06 de março de 2017 - Estabelecer o Volume Meta  
80 com possibilidade de redução de captação de águas superficiais e subterrâneas para fins de  
81 irrigação e piscicultura, na bacia hidrográfica a montante do Reservatório do Descoberto,  
82 inclusive. Nº 01, de 15 de fevereiro de 2017, que limita a vazão média mensal captada pela  
83 CAESB no Reservatório do Descoberto. Nº 02, de 15 de fevereiro de 2017, que limita a vazão  
84 média mensal captada pela CAESB no Reservatório de Santa Maria. Apresentou o  
85 Mapeamento e georeferenciamento dos usos regulares para auxiliar na identificação de usos  
86 não regulares. Avaliação dos impactos nos cortes de vazões outorgadas de forma a verificar os  
87 ganhos de vazão na entrada no reservatório. As ações de fiscalização: usuários outorgados e  
88 não outorgados. Revitalização de canais de irrigação. Parceria com órgãos de fiscalização. A  
89 seguir o presidente do Conselho abriu para considerações. A Sr.<sup>a</sup> **Luciana** da Comissão de  
90 Meio Ambiente **da OAB/DF** fez os seguintes questionamentos: por que o DF não investe em  
91 reuso de água? Se o DF vai proibir o uso de águas nobres para fins secundários, por que não o  
92 reuso. O Conselheiro **Gutemberg (FECOMERCIO)** lembrou que além dos problemas  
93 emergenciais que estão sendo colocados por todas as instituições deste Conselho são  
94 necessárias ações estruturantes de médio e longo prazo, de investimento em tecnologia,  
95 inclusive, para evitar os desperdícios existentes, já constatados e apresentados nas reuniões  
96 anteriores. É claro, e foi dito também na reunião passada, que a forma como conhecemos hoje  
97 de abastecimento e distribuição bem como os regimes de chuvas eles podem mudar e isso  
98 impõe que também mudanças de paradigmas. Ressaltou que é necessário que esse conselho  
99 tenha a clareza de que, embora esteja cumprindo seu papel e fazendo um esforço  
100 extraordinário, é importante também que nessa pauta esteja contemplada perspectivas de  
101 ações estruturantes na melhoria da tecnologia. Elogiou o trabalho que vem sendo realizado e  
102 conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente e sugeriu que nas próximas pautas do conselho



103 também se tenha essa percepção da necessidade de pensar em ações estruturantes de médio e  
104 longo prazo, para contemplar um abastecimento perene. O Conselheiro **Montenegro**  
105 **(ABES/DF)** ressaltou dois aspectos: primeiro quanto à questão de reuso, sobre o  
106 qual provavelmente não há uma percepção clara, visto que Brasília está se preparando para  
107 dar exemplo de reuso para o país inteiro e provavelmente para outros países do mundo. Que a  
108 captação de água prevista do Lago Paranoá é um dos exemplos mais radicais de reuso de água  
109 no país porque o lago recebe esgoto tratado das duas estações de tratamento e mais o esgoto  
110 do Riacho Fundo. Há condições de uso da água do lago com base, inclusive, na segurança de  
111 estudo realizado pela UnB para o tratamento de água. E isso se chama reuso de água. Às  
112 vezes a gente pensa que reuso é só aquele resultante do isolamento da água usada numa  
113 edificação e reaproveitada para outros usos na própria edificação. Quando se rega os canteiros  
114 do Eixo Monumental com a água do Lago Paranoá estamos fazendo o reuso de água. E tratar  
115 água apenas para reuso tem um risco grande, visto que o reuso é mais frequente em aplicações  
116 industriais que não é a grande característica do DF. A aplicação de reuso na agricultura  
117 também precisa ser revista para aumentar a eficiência de uso. Isso não é uma coisa elementar.  
118 Informou que utilizar água de reuso em prédios residenciais tem um risco sanitário altíssimo,  
119 em geral é uma coisa condenada pela Organização Mundial da Saúde. Em vários países do  
120 mundo, para ter água de reuso é preciso a permanência de um engenheiro especialista no local  
121 onde está instalado o sistema. Então precisamos tomar cuidado. O DF precisa avançar nessa  
122 perspectiva, mas com a segurança sanitária que é fundamental. Segundo aspecto: é a questão  
123 de que uma das opções considerada em debate realizado entre associados da ABES para o  
124 abastecimento do Distrito Federal é o Corumbá IV, mas a água do Corumbá IV quando  
125 estiver disponível ela vai chegar ao DF num custo caríssimo por ser longe e numa posição de  
126 desnível muito grande. Essa obra não era prevista nos planos diretores de abastecimento da  
127 CAESB. O Conselheiro **Maurício Luduvic (CAESB)** salientou que o que vai se fazer no  
128 Lago é reuso, e reuso indireto que é o mais recomendável. Com relação aos investimentos,  
129 respondendo ao Conselheiro da FECOMERCIO, para garantir a segurança do Distrito Federal  
130 estão sendo feitos desde 2015 e de maneira acelerada. Essas obras elas têm um tempo de  
131 maturação. Infelizmente nos deparamos nessa situação de crise hídrica por conta de ausência  
132 de chuvas. As obras de Corumbá IV foram retomadas, apesar da paralisação judicial entrará  
133 em operação em 2018. A SANEAGO está resolvendo os problemas que ela teve. A obra do  
134 Bananal, que estava parada, já está em execução. A CAESB tinha um planejamento de um  
135 tripé de obras estruturantes para o abastecimento do DF: Corumbá, o Paranoá e o Bananal.  
136 Para o Corumbá foi feita a licitação e cumpridas todas as etapas legais, quando o processo  
137 chegou ao final o recurso que estava na AGU não existia mais. Hoje não tem recurso  
138 Federal para AGU. O que foi indicado é que aproveitasse para fazer um recurso via FGTS e  
139 todo esse material da CAESB está sendo submetido à Caixa Econômica para avaliar a  
140 condição de risco da empresa para contrair o empréstimo para a execução da obra do Paranoá.  
141 Com esses três sistemas em operação vamos ter a garantia de água para 2050. A conselheira  
142 **Regina Fittipaldi (FORUM de ONGs)** lembrou que o CRH está discutindo a implementação  
143 de novos olhares de gestões na relação com o elemento água. A terra levou 4 bilhões de anos  
144 para criar um sistema integrado onde a água surge como elemento integrador e mantenedor da  
145 vida. Não se trata da água sob o ponto de vista das necessidades humanas tão somente, porque  
146 assim vamos continuar olhando a água do ponto de vista da quantidade e temos que olhar a  
147 água do ponto de vista também da qualidade. Lembrou que, sob a égide da máxima de pensar  
148 global e agir local, a sociedade civil se incomoda com a base de dados que a ADASA e  
149 CAESB tem apresentado dos anos anteriores. A sociedade civil procura trazer sua  
150 contribuição porque os governos passam mas a cidadania fica. A Conselheira disse se  
151 surpreender em constatar que ao longo desses anos o CRH tenha analisado questões de  
152 ocupação de uso de solo, como Vargem da Benção sem analisar o uso da água de forma  
153 sistemática. Chamou a atenção para a importância do ZEE para Brasília, especialmente nesse

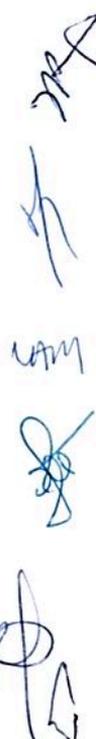


154 momento. Lembrou que é preciso pensar o uso do solo urbano também de forma sistemática,  
155 para evitar que a sociedade continue assistindo a degradação de áreas, a destruição do bioma  
156 Cerrado para ocupação por interesses econômicos meramente. É preciso o olhar econômico e  
157 ecológico na hora da decisão, se quisermos um futuro sustentável para Brasília. A sociedade  
158 civil apoia os projetos de preservação das Unidades de Conservação e pede mais transparência  
159 nas informações sobre as águas do DF. A ocupação e uso do solo do DF deve observar a  
160 LUOS e o ZEE exercitando a visão macro das ações. Lembrou que os governos precisam  
161 atender a questão da responsabilidade civil, quando isto não é observado o cidadão é  
162 penalizado na qualidade de vida e na elevação da carga tributária. Perguntou como a  
163 sociedade civil pode se proteger da omissão dos governos passados e como cobrar que os  
164 governos apresentem à sociedade uma prospecção de orçamento para os projetos previstos, a  
165 exemplo do Projeto Recupera Cerrado, o Projeto de Parques, as Unidades de Conservação,  
166 entre outros, e isto não pode resumir-se à uma assinatura em uma Portaria ou Decreto.  
167 Informou que a sociedade civil não teve elementos para avaliar o cenário que se desenvolvia  
168 para iniciativas de geração de emprego e renda imobiliária e a relação com aos recursos  
169 hídricos. Solicitou que a análise desta crise seja colocada de fato, por parte do governo, o  
170 mecanismo de transparecer essas relações entre uso e ocupação de solo a partir de projetos de  
171 expansão urbana, de mobilidade urbana e a questão do abastecimento da cidade e da gestão  
172 dos esgotos e dos resíduos sólidos. A senhora Luciana (OAB/DF) salientou que é louvável o  
173 reuso praticado em Brasília, contudo, São Paulo estimula o reuso, e com segurança, em novas  
174 edificações, inclusive com incentivo público tributário e fiscal. É importante ressaltar que se  
175 todos os esforços que estão sendo feitos não foram suficientes temos que prosseguir. A  
176 OAB/DF está adotando medidas judiciais para que haja transparência nas tarifas de  
177 contingência e a aplicação do dinheiro. A seguir o **presidente** do Conselho fez os seguintes  
178 informes: a) Reforçou o convite para a audiência pública do ZEE no dia 11/03, às 09h00 no  
179 CREA/DF. Ressaltou ser um assunto que tem total relação com a discursão desta reunião; b)  
180 Informou que elaborou um extrato de todos os debates que aconteceram no CRH a partir do  
181 segundo semestre de 2016. A crise hídrica foi pautada na maioria das plenárias resultando em  
182 recomendações que foram listadas neste extrato. Lembrou que em princípio a ideia do CRH  
183 era transformar estas recomendações numa Moção do CRH para a população, mas que achou  
184 mais conveniente deixá-lo como relatório e distribuir aos conselheiros deixando a critério do  
185 Plenário, se houver a necessidade, a decisão de fazer uma Moção. Salientou que o relatório é  
186 de iniciativa do presidente do CRH para os conselheiros e trás um conjunto de recomendações  
187 que foram debatidas e apresentadas nesse conselho. c) Atendendo uma recomendação feita  
188 por este Conselho alguns conselheiros estiveram em Goiás conversando com o Secretário de  
189 Meio Ambiente, Sr. Vilmar Rocha e a secretária Jaqueline a respeito de ações conjuntas,  
190 sobretudo, para a bacia do Descoberto. Na ocasião houve um compromisso por parte do  
191 Governo de Goiás, inclusive, da Prefeitura de Águas Lindas/Goiás de reverter uma Lei  
192 municipal que declara a área do Parque Estadual do Descoberto como área urbana e retomar a  
193 natureza jurídica da área para rural, o que viabiliza a implementação do Parque Estadual, que  
194 é uma área importante de quase 2.000 hectares em território Goiano, próximo ao reservatório  
195 do Descoberto. Além de a gente definir junto com o ICMBIO, que ali também é a APA do  
196 Descoberto, junto com a Secretaria de Meio Ambiente do Goiás e junto com a Política  
197 Ambiental do Goiás se estabelecendo um plano de fiscalização mais robusto e  
198 mais permanente na ocupação do solo naquela região. Em abril haverá uma nova reunião em  
199 Águas Lindas de Goiás e manteve aberto o convite aos conselheiros do CRH para participar  
200 dessa agenda de interlocução com o Estado de Goiás. A seguir o **presidente** informou que a  
201 ADASA pediu a retirada do item 3 de pauta considerando que ainda encontra-se em fase de  
202 estudo a composição e objetivos da Câmara Técnica do Sistema de Informação dos Recursos  
203 Hídricos do Distrito Federal. A seguir o presidente passou a palavra ao Conselheiro **Genésio**  
204 **(CBH-Preto)** que ressaltou que este Conselho fala injustamente sobre o uso da água do

205 produtor. Lembrou que o produtor é quem mais está conservando a água mas que no Plano  
206 apresentado o produtor está esquecido pois futuramente vão precisar de barramentos grandes  
207 para segurar a água. Lembrou que em Israel, onde as chuvas são de 150 milímetros por ano  
208 tem a segunda economia em alimentos, irrigadas com reaproveitamento de água de esgoto.  
209 Em qualquer lugar a água da chuva tem as barragens no meio das lavouras das propriedades  
210 rurais para reter a água e irrigar. Nada disso está sendo feito aqui. Questionou, ainda, o que  
211 está sendo feito pelas nascentes do DF, todas contaminadas por lixo da cidade. Se existe uma  
212 lei que determina os 30 metros de reserva da nascente porque não retirar as casas que estão  
213 dentro dela. Ressaltou que já denunciou na reunião do Conselho, áreas de Buritis e de  
214 Nascentes em Planaltina aterrados e até o momento nada foi feito. Lembrou que no ano  
215 passado tiveram dificuldade de água na região, os produtores se moveram, reuniram e fizeram  
216 irrigação e conseguiram produzir alimentos para vocês. Finalizou pedindo ao Secretário e as  
217 autoridades que tomem providências da situação real nas áreas rurais. Manifestou ser contra  
218 algumas mudanças proposta no ZEE e alegou que os produtores rurais não foram consultados  
219 e dizem que a sociedade concorda, mas discordamos totalmente com as medidas orientadas, a  
220 exemplo da proibição de passar com agrotóxicos pela ponte do Descoberto sem apresentar  
221 alternativas. A seguir o presidente esclareceu que tudo que ele tem recebido de denúncias,  
222 seja pela via "privada" foram encaminhado para a AGEFIS ou o IBRAM e cobra resultado.  
223 Solicitou ao Senhor Genésio que encaminhasse formalmente à SEMA sua denúncia referente  
224 aos buritis de Planaltina para que ele possa apurar os fatos. Em relação ao ZEE salientou ser  
225 muito importante que a sociedade e as instituições se manifestem neste momento, porque o  
226 ZEE vem sendo debatido a mais de dois anos, e até este momento ainda há manifestações  
227 novas, contudo, são legítimas. Ressaltou que ainda é tempo de melhorar o ZEE. A  
228 audiência pública de amanhã é um momento importantíssimo para captar sugestões. Acho  
229 importante registrar que dentro do governo existe ainda algumas resistências. Disse que ainda  
230 haverá reuniões e que existe uma agenda interna do governo no Comitê Político do ZEE, que  
231 foi criado para buscar essa sintonia e afinação sem desvirtuar a essência do ZEE. Convidou a  
232 todos que se apresentem amanhã na audiência pública e façam esses questionamentos, porque  
233 aqueles que forem legítimos, consistentes e direcionados ao interesse público serão acolhidos  
234 dentro e fora do governo. Com relação ao Cerrado disse está prestes de ser publicado o Edital  
235 para investimento, na ordem de dez milhões de reais para o Programa Recupera Cerrado no  
236 DF, com foco na Bacia do Descoberto entre outros. O projeto piloto foi criado por Decreto no  
237 dia 11 de setembro, dia do Cerrado e foi desenhado para se contrapor aos modelos de restauro  
238 florestal que não funcionam no DF. São milhões de reais investidos, que não tem gerado  
239 resultado. A Conselheira e presidente do **IBRAM, Jane Villas Bôas** disse não ter  
240 conhecimento da denúncia feita pelo Sr. Genésio, mas tomando conhecimento nesse momento  
241 se comprometeu diante do Conselho que será levado ao conhecimento da Superintendência de  
242 Fiscalização que irá apurar o relatado. Posteriormente o conselheiro e Secretário de  
243 Agricultura, **José Guilherme** corroborou a abordagem da Conselheira Regina no sentido de  
244 não só de pensar na questão do uso da água, mas no ciclo todo. Disse haver propostas para a  
245 área rural para melhorar o aproveitamento da água nos sistemas de produção, bem como o  
246 aproveitamento da água da chuva, com melhorias nas infiltrações e consequentemente na  
247 recarga dos cursos d'água. Isso só será mais viável nas unidades de conservação ou a  
248 agricultura, porque na cidade, nos parcelamentos irregulares dificulta muito. Ressaltou que é  
249 necessário que o produtor esteja em condições de produzir para que haja uma parceria da  
250 função ambiental e da propriedade rural. Um ponto importante levantado pelo Genésio que  
251 tem sido bastante debatido no CBH Preto é a questão de preservação. No plano que será  
252 apresentado está colocado algo em termos de preservação da propriedade mas precisa ser  
253 melhor estruturado. A ADASA e a EMBRAPA tem apresentado o debate sobre a preservação  
254 de água, mais com critérios técnicos. É preciso romper algumas questões de construção de  
255 barragem, sempre com critérios técnicos e observando a questão ambiental, mas é preciso

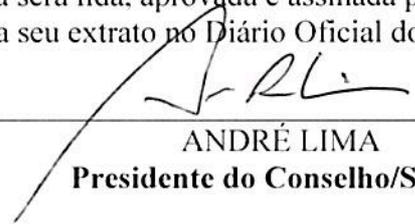


256 pensar esta questão de forma mais estruturante, para que se possa ter uma regularização de  
257 vazão nos cursos d'água com melhor condição para a produção agropecuária. A **Conselheira**  
258 **Regina (FÓRUM de ONGs)** disse que esta questão de reportar exclusivamente a carência de  
259 chuva é uma fala que não cabe mais. Hoje temos informações que de fato conduzem a um  
260 olhar sistêmico sobre essa questão dessa problemática da água. Citou um filósofo Paulista que  
261 diz "pode-se mudar uma cidade, mas não se muda um poço". Esclareceu para o Sr. Genésio  
262 que honra profundamente a produção agrícola e o produtor agrícola, mas é preciso pensar essa  
263 relação de colocar o alimento na nossa mesa e plantar deserto. A água dialoga no planeta  
264 inteiro e a chuva que chove aqui vem da Amazônia, então temos que pensar sistemicamente.  
265 **O presidente** anunciou a chegada do governador e do secretário da Casa Civil Sérgio  
266 Sampaio e fez uma breve síntese do que foi discutido na reunião. Ressaltou que a pauta  
267 principal é a apresentação do Plano de Governo do Enfrentamento da Crise Hídrica. Isto  
268 resultou de recomendações feitas por este Conselho no final de 2016 com a proposta de  
269 criação de uma instância no âmbito do governo para coordenação das ações de governo e  
270 também a sistematização desse Plano. Agradeceu ao governador pela presença e lembrou que  
271 a proposta é demonstrar que o Conselho de Recursos Hídricos é um espaço importante, não só  
272 para buscar transparência, para nivelamento de informações, para debates mas, especialmente  
273 para apresentação de crítica, de sugestões e recomendações, inclusive, como algumas que  
274 colhemos e estamos colhendo ao longo dessas sete reuniões plenárias com pauta sobre a crise  
275 hídrica Passou a palavra ao **governador Rodrigo Rollemberg**, que após cumprimentar as  
276 autoridades presentes e aos representantes de instituições e entidades da Sociedade Civil e  
277 componentes do CRH, lembrou que esse é um momento muito importante e desafiador da  
278 civilidade em Brasília, da nossa capacidade de nos unirmos para superar o momento mais  
279 difícil do ponto de vista ambiental que vivemos desde a inauguração de Brasília. Lembrou que  
280 "estamos todos no mesmo barco e se não houver a água ninguém vai navegar". É muito  
281 importante que se tenha consciência disso e se possa rever procedimentos e culturas para que  
282 possa enfrentar de forma vitoriosa esse fenômeno e que a nossa sociedade possa ser melhor.  
283 Temos que legar para as futuras gerações uma cidade melhor e com um nível de consciência  
284 maior que a que temos hoje. É claro que esse momento que estamos vivendo é fruto de um  
285 acúmulo de erros onde omissões vem de longos anos e ao mesmo tempo de procedimentos  
286 que se tornaram comuns no ambiente de muita abundância e as pessoas achavam que podiam  
287 utilizar a água de forma desmedida e que jamais esse bem tão precioso, que se confunde  
288 com a própria vida, poderia faltar. Salientou que o que estamos vendo no Distrito Federal, de  
289 alguns anos para cá, não apenas na questão hídrica e fez um paralelo com a questão financeira  
290 do Distrito Federal, talvez em função da abundância de recursos do fundo constitucional, os  
291 governos foram distribuindo benefícios sem ter a preocupação com o futuro. Isso desencadeou  
292 um quadro insustentável da economia e que fomos obrigados a tomar medidas drásticas para  
293 poder promover o equilíbrio econômico e financeiro do DF, fundamental para garantir a  
294 prestação de serviço. A mesma coisa em relação a água. Embora os especialistas já venham  
295 alertando a algum tempo da possibilidade da falta de água em algum momento da vida, em  
296 Brasília, a maior parte das pessoas não se conscientizaram disso e o fato é que os hábitos da  
297 população de Brasília, de uma forma geral, nos leva a utilizar o volume de água muito  
298 superior ao que realmente a gente necessita para ter uma vida com a mesma qualidade com a  
299 que temos hoje. É claro que isso pode vir a comprometer a qualidade de vida no futuro. A  
300 seguir apresentou um pouco do seu diagnóstico como Governador e como uma pessoa muito  
301 vinculada à área, pois atuou, quando parlamentar, na qualidade de Deputado Distrital,  
302 Deputado Federal e Senador na defesa da água. Citou por exemplo a construção da lei das  
303 águas, hoje em vigor, no Distrito Federal. O primeiro comitê de bacia hidrográfica surgiu a  
304 partir de uma articulação dentro do nosso gabinete. O Paulo Salles foi o primeiro presidente  
305 do Comitê de Bacia do Paranoá e coincide exatamente com o momento em que nós somos  
306 governo que essa crise hídrica se abate sobre o Distrito Federal. Nos últimos dois anos



307 tivemos, pela primeira vez, segundo INMET, dois anos seguidos com volume de chuvas  
308 muito abaixo da média histórica. Neste ano estamos até nesse momento com 30% a menos de  
309 chuva em relação ao mesmo período do ano passado. Choveu abaixo da média histórica. No  
310 entanto, no dia 9 de março de 2016 os reservatórios estavam com 100% da capacidade na  
311 barragem do Descoberto e hoje está com 43,5%, isso após medidas duras de redução da vazão  
312 e também de medidas em relação aos agricultores da região buscando aumentar o volume de  
313 água que chega na barragem do Descoberto. Desde o início desse governo sempre houve a  
314 preocupação estrutural com essa questão do abastecimento da água, a exemplo do combate à  
315 grilagem e à ocupação irregular do solo, mencionando o impacto que a ocupação irregular do  
316 solo tem na questão das águas, não apenas pelo viés da destruição de Áreas de Proteção  
317 Ambiental, Áreas de Proteção Permanente, Áreas de Reserva Legal, Veredas etc., mas  
318 também do problema do furto de água provocando vazamentos e consequentes perdas. Está  
319 em discussão junto ao Ministério Público um Decreto no sentido de promover a cobrança  
320 dessas ocupações irregulares, sem direito de posse, mas para evitar o desperdício e os  
321 vazamentos em função da obrigatoriedade de pagamento. Esse é o primeiro chamamento que  
322 fazemos à sociedade Brasileira aqui representada, para que isso possa chegar às lideranças  
323 comunitárias; aos seguimentos produtivos, aos sindicatos, às representações comunitárias, às  
324 igrejas, de que a ocupação ordenada do solo não é um capricho, é uma necessidade, é uma  
325 garantia da preservação da qualidade de vida das futuras gerações. Quase sempre o governo  
326 está só nesse enfrentamento e com um custo político elevado. Outra questão que precisa  
327 ser discutida com muita franqueza, sabendo da importância do meio rural do Distrito Federal,  
328 é a sua preservação, visto que ela é condição indispensável para a manutenção da qualidade  
329 de vida da nossa cidade. E para garantir a preservação da qualidade de vida nas cidades temos  
330 que ter as condições de geração de renda e de infraestrutura básica do meio rural para que a  
331 atividade no meio rural possa compensar. E nesse sentido é importante que o governo possa  
332 mobilizar todos os recursos da ciência, da tecnologia, da assistência técnica, da extensão rural.  
333 Destacou o trabalho que a SEAGRI e a EMATER estão fazendo no sentido de conscientizar  
334 os agricultores da necessidade de substituir métodos arcaicos rudimentares de uso da água em  
335 detrimento de métodos mais dinâmicos e eficazes e sustentáveis para utilização d'água. O  
336 Governo também está trabalhando na mobilização pela educação ambiental. É importante que  
337 nova cultura e novos valores sejam incorporados nas escolas e permanentemente no currículo  
338 escolar. Tem convicção da importância das Crianças na transformação dessa mentalidade. No  
339 esforço coletivo todos nós podemos tornar muito mais eficiente o uso da água e reduzir o seu  
340 consumo. No início deste governo tivemos a preocupação, em meio às tantas dificuldades  
341 econômicas, de identificar onde iríamos priorizar os investimentos. O governo priorizou as  
342 áreas de infraestrutura urbana e de infraestrutura de redes de esgoto, tratamento de esgoto,  
343 captação e tratamento de água. Dos investimentos que estão sendo feitos no DF quase dois  
344 terços, guarda relação com a questão hídrica. Está sendo feita toda infraestrutura do Sol  
345 Nascente, com rede de esgoto, de águas pluviais, pavimentação e bacias de contenção.  
346 Também em Vicente Pires, que é fundamental para abastecimento e para a qualidade da água  
347 do Lago Paranoá. O mesmo está sendo feito no Porto Rico, Buritizinho e Bernardo Sayão. O  
348 governo está liberando recursos para fazer no Pôr do Sol. Será inaugurada este mês a Estação  
349 de Tratamento de Esgoto de Águas Lindas/GO. Toda a rede de esgoto de Águas Lindas, e a  
350 ETA que é a mais moderna do Brasil foi feita pela CAESB com recursos do Governo do  
351 Distrito Federal. Isso vai garantir a qualidade da água da barragem do Descoberto. Está sendo  
352 feita ETA e as adutoras de Corumbá, a ETA do sistema Torto/Bananal vai entrar em operação  
353 ainda esse ano e contribuir para amenizar o problema de captação de água. Foi feita a licitação  
354 e a contratação da Captação do Lago Paranoá, uma obra de grande porte que vai demorar em  
355 torno de quatro anos para ser realizada. Também está sendo trabalhadas captações de menor  
356 porte, a exemplo do Crispim no Gama. A Captação emergencial do Lago já está adiantada,  
357 todos os projetos de captação foram feitos. O governo está trabalhando um conjunto de ações

358 na Bacia do Descoberto, com recursos próprios da SEAGRI, entubando vários canais e com  
359 isso reduzindo a infiltração, a evaporação, e buscando promover uma entrada maior com um  
360 volume maior de água na bacia do Descoberto. A ADASA também já contratou ou está  
361 contratando para fazer o mesmo encanamento no Canal do Rodeador, de grande importância  
362 para os agricultores daquela região. O governo está fazendo trabalho de recuperação  
363 de renascentes e plantio de mudas naquela região. Salientou a importância de buscar o apoio  
364 da Fundação de Apoio à Pesquisa e agradeceu a EMBRAPA pelo papel que vem  
365 desempenhando e ajudando no sentido de que possamos desenvolver e utilizar as tecnologias  
366 mais avançadas, seja do ponto de vista do uso racional da água, seja da redução do  
367 desperdício, enfim todas as tecnologias que possam garantir um melhor enfrentamento da  
368 crise hídrica. O ZEE está em debate com a sociedade, é um tema complexo, que precisa de  
369 debate aprofundado, por ser um instrumento importante. O Senhor Governador salientou que  
370 o governo implementou um conjunto de ações desde o primeiro mês de governo, com o  
371 objetivo de garantir sustentabilidade ao Distrito Federal, especialmente no que se refere a  
372 abastecimento de água. Lembrou que esse é o desafio e que qualquer governo, sozinho, não  
373 dará conta de enfrentar. Esse é um desafio da sociedade Brasileira, da comunidade  
374 acadêmica, do setor produtivo, das lideranças comunitárias, do governo, enfim, de todos nós  
375 que temos que nos empenhar e dar as mãos para construir alternativas juntos e realizar  
376 alternativas de enfrentamento desse problema. Finalizou afirmando “eu tenho muita confiança  
377 na capacidade de organização, de mobilização, de realização da população Brasileira e de  
378 que nós sairemos maiores e melhores depois de enfrentar essa crise hídrica, muito obrigado”.  
379 Não havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pelas contribuições e  
380 encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes e,  
381 posteriormente, publicada seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

  
ANDRÉ LIMA  
Presidente do Conselho/SEMA

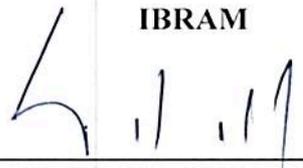
MARIA SILVIA ROSSI  
SEMA/DF

SÉRGIO AUGUSTO M. RIBEIRO  
SEMA/DF

DIEGO BERGAMASCHI  
SINESP

JANE MARIA VILAS BÔAS  
IBRAM

  
VANDETE INÊS MALDANER  
IBRAM/DF

  
RAFAEL MACHADO MELLO  
ADASA

MAURÍCIO LUDUVICE  
CAESB

MARIA DO CARMO MAGAÃES CÉZAR  
CAESB

JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VILELA  
CEB



JORGE ENOCH FURQUIMWERNECK LIMA  
EMBRAPA

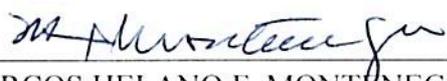
MANOEL ALESSANDRO M. DE ARAÚJO  
IBAMA

GENÉSIO ANTÔNIO MULLER  
SRDF

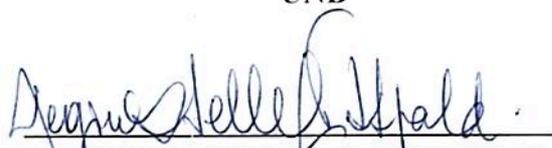
ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO  
FIBRA

LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU  
ABES/DF

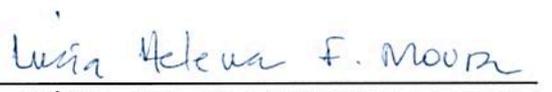
DIRCEU SILVEIRA R. JÚNIOR  
UNB



MARCOS HELANO F. MONTENEGRO  
ABES/DF



REGINA STELLA Q. FITTIPALDI  
FÓRUM de ONGs



LÚCIA HELENA FERREIRA MOURA  
SEGETH